



Universiteit
Leiden

The Netherlands

Direitos negados, patrimônios roubados: desafios para a proteção dos conhecimentos tradicionais, recursos genéticos e das expressões culturais tradicionais dos povos indígenas no cenário internacional

Belfort, L.F.I.

Citation

Belfort, L. F. I. (2023, November 14). *Direitos negados, patrimônios roubados: desafios para a proteção dos conhecimentos tradicionais, recursos genéticos e das expressões culturais tradicionais dos povos indígenas no cenário internacional*. Retrieved from <https://hdl.handle.net/1887/3656881>

Version: Publisher's Version

License: [Licence agreement concerning inclusion of doctoral thesis in the Institutional Repository of the University of Leiden](#)

Downloaded from: <https://hdl.handle.net/1887/3656881>

Note: To cite this publication please use the final published version (if applicable).

RESUMO

A tese tem por objeto de estudo os direitos dos povos indígenas sobre seu patrimônio cultural, especificamente os direitos de propriedade intelectual sobre seus conhecimentos tradicionais, seus recursos genéticos e suas expressões culturais tradicionais, no contexto da Organização das Nações Unidas. A análise do tema está pautada na perspectiva dos povos indígenas, na condição de autores, inventores e melhoristas, com capacidade de criação e inovação utilizando tecnologias aprimoradas continuamente em seu contexto coletivo.

A abordagem realizada parte da premissa histórica de negação de direitos aos povos indígenas para justificar, juridicamente, a expropriação, seja de territórios no passado, seja de conhecimentos tradicionais, recursos genéticos e expressões culturais tradicionais no presente.

A análise da evolução do tratamento jurídico dispensado aos povos indígenas, ao longo da história, evidencia, por um lado, o protagonismo dos povos indígenas para afirmar sua condição de sujeitos de direitos internacionais e, por outro, o papel da academia, a exemplo da arqueologia, da antropologia e do direito, para respaldar as práticas colonialistas de negação e apropriação indevida do patrimônio cultural perpetradas contra os povos indígenas. A contribuição da academia, em suas diferentes áreas do saber, se deu mediante a criação de conceitos, ideologias e leis voltados à legitimação e à legalização da espoliação dos povos colonizados, que a tese busca questionar e desconstruir.

O trabalho examina os desafios contemporâneos para equilibrar os direitos dos povos indígenas e os grandes interesses comerciais implicados na concessão de direitos exclusivos de propriedade intelectual. Nesse contexto, são objeto de estudo as discussões em curso no Comitê Intergovernamental sobre Propriedade Intelectual e Conhecimento Tradicional, Recursos Genéticos e Folclore na Organização Mundial de Propriedade Intelectual.

O estudo reitera a afirmação dos direitos dos povos indígenas sobre seu patrimônio cultural e seu posicionamento acerca da natureza de um ou de vários futuros instrumentos internacionais de proteção aos conhecimentos tradicionais, aos recursos genéticos e às expressões culturais tradicionais, buscando responder a perguntas como: quem seriam os beneficiários dessa proteção? Quanto tempo dura essa proteção? Que formalidades serão necessárias para que a proteção ocorra? Que usos serão considerados ilegais? Qual é a eficácia de medidas defensivas de proteção, a exemplo dos bancos de dados? A tese examina, ainda, a partir dos contextos de diferentes povos indígenas, a adequação das ferramentas existentes no sistema de propriedade intelectual para impedir a concessão errônea de direitos de propriedade intelectual e prevenir a apropriação indevida dos elementos que integram o patrimônio cultural dos povos indígenas.

A atuação dos povos indígenas no âmbito das Nações Unidas tem enfatizado a necessidade de participação ampla, plena e efetiva desses povos, como condição de legitimidade para decidir sobre o futuro de seu patrimônio cultural no universo da propriedade intelectual.